

Dívida pública estoura meta definida pelo FMI

Aumento do débito, que atingiu R\$ 511 bilhões em agosto, é atribuído à desvalorização do real

VÂNIA CRISTINO
e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – A dívida líquida do setor público atingiu R\$ 511,116 bilhões em agosto, superou, pela primeira vez, a meta indicativa para setembro acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de R\$ 504,619 bilhões. O chefe do Departamento Econômico do BC (Depec), Altamir Lopes, explicou que isso ocorreu porque a estimativa de crescimento da dívida foi feita com base na cotação de R\$ 1,75 do dólar.

O descumprimento da meta, segundo Lopes, não implica sanção ao Brasil. A meta, diz ele, fixada para períodos de três meses, serve só para mostrar que o governo brasileiro acompanha seu endividamento.

No acerto com o FMI, a dívida em agosto deveria estar em R\$ 499,309 bilhões, equivalente a 50,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do período. A relação com o PIB em agosto foi cumprida, com a dívida líquida representando 50,5% do PIB, ante 49,4% em julho.

O crescimento da dívida em agosto, de acordo com Lopes, foi causado pela desvalorização cambial de 7,08%. Esse crescimento não deverá repetir-se em setembro, pois a desvalorização cambial foi de apenas 0,33%. O chefe do Depec não arrisca estimativas para outubro porque ainda não sabe qual será a desvalorização cambial no mês.

Mesmo com o descumprimento da meta acertada com o FMI, Lopes não garantiu que os números da dívida seriam revistos na nova versão do acordo, em negociação. “Em princípio, podemos rever tudo, mas nada está decidido”, disse. Ele argumentou que o fato de a dívida líquida ter ultrapassado, em termos absolutos, a trajetória traçada com o FMI, não significa descontrole. “A dívida não é explosiva e está sob controle”, garantiu, alertando para o fato de que, em relação ao PIB, ela está até abaixo do previsto.

De acordo com Lopes, a trajetória da dívida interna líquida é de crescimento contínuo até o ano que vem. “Nunca dissemos que ia parar de crescer agora”, ressaltou. O chefe do Depec reafirmou que, em algum momento do ano que vem, a dívida vai parar de crescer em relação ao PIB para dar início ao processo de queda, devendo estabilizar-se em 46,5% do PIB no fim de 2001. Ele ainda garantiu que o nível atual, de R\$ 511,116 bilhões (50,5% do PIB), está dentro dessa trajetória.

Juros – A desvalorização cambial também foi responsável pelo crescimento das despesas com juros nominais. Essas despesas saltaram de R\$ 9,722 bilhões, em julho, para R\$ 14,881 bilhões em agosto.

O chefe do Depec explicou que a desvalorização do real teve impacto tanto na dívida interna indexada ao dólar quanto na externa – daí a maior apropriação de juros. Sem a desvalorização cambial, as despesas com juros teriam até caído de R\$ 8,703 bilhões, em julho, para R\$ 8,179 bilhões em agosto.

O saldo da dívida em títulos no mercado cresceu, em setembro, 0,4% em relação a agosto. Em termos absolutos, atingiu R\$ 403,359 bilhões. A participação dos papéis cambiais passou de 26,1% para 26,3%.

Comportamento idêntico foi verificado na participação dos títulos pós-fixados, que passou de 58,8% em agosto para 59,5% em setembro. O BC observou, no mês, reversão na trajetória de aumento de títulos prefixados. A participação no total caiu de 11,7% para 10,8%.